

## HOMENS E MULHERES CONTRA O INIMIGO: A MOBILIZAÇÃO DO GÊNERO PELA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

ANA RITA FONTELES DUARTE<sup>1</sup>

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluíam-se, na lista, estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” de desestabilização da ordem. A segurança interna tinha-se como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças.

As forças militares foram, nesse contexto, dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos. Todos eram suspeitos até prova do contrário<sup>2</sup>. A ação faz apontar o caráter da ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”<sup>3</sup>, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância.

---

<sup>1</sup> Profa. Dra do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Projeto de pesquisa “Homens e Mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985), financiado pelo CNPq e Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

<sup>2</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 38.

<sup>3</sup> Essa configuração é defendida por autores como BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p.28 e PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 147.

Como em outras “guerras totais”, as forças promotoras da ditadura brasileira mobilizaram pessoas para apoio à causa, pelas identidades de gênero<sup>4</sup>, ainda antes da consumação do Golpe, em 31 de março de 1964. Embora pouco explorado pelas pesquisas históricas brasileiras, é possível perceber índices de arregimentação e mobilização específicas.

As maiores manifestações em contraposição ao governo de João Goulart, taxado de “comunista”, foram organizadas por grupos liderados por mulheres como a Campanha da Mulher pela Democracia (Guanabara), a União Cívica Feminina (São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais) e a Cruzada Democrática Feminina (Pernambuco), patrocinadas por entidades civis e associações de classe e grupos militares pró-golpe. Segundo Motta<sup>5</sup>, a participação das mulheres, através da criação de diversas entidades de caráter anticomunista por todo o País, foi decisiva nas mobilizações que levaram ao Golpe.

Sua presença, na cena pública, era um fato novo da política nacional, mas as mulheres não estavam reivindicando questões específicas, mas defendendo a ordem tradicional, a família, a religião e a propriedade. Com forte impacto na classe média, de onde muitas eram oriundas, davam a impressão de que a sociedade estava mobilizada na luta anticomunista. A impressão advinha da força simbólica como mães, guardiãs do lar e da família. Agiam publicamente, com apelo à consciência de “pais e mães de família” e valores cristãos<sup>6</sup>, comportamento que se estendeu a, pelo menos, dois anos depois do Golpe quando as atividades dos grupos desapareceram publicamente.

---

<sup>4</sup> Partilho do conceito de identidade não como algo fixo e imutável, ligado à essência do sujeito, mas como ponto de encontro entre discursos e práticas que tentam nos interpelar, falar ou convocar para assumir lugares como sujeitos sociais, em discursos determinados, e processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são assim pontos de apego, de caráter temporário, posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas para nós. HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000, p.111-112. O gênero, como categoria de análise, neste projeto, é compreendido como construção cultural que estabelece diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas destes. CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L’Ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p.104.

<sup>5</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002, p. 241.

<sup>6</sup> SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes,

Os homens também foram mobilizados especificamente e apoiados por grupos favoráveis ao golpe, incluindo setores da Igreja Católica. A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960, inseriu-se no quadro de luta anticomunista, fornecendo um exemplo de engajamento contra-revolucionário inspirado na doutrina católica. Reunia militância organizada formada por jovens rapazes vindos, em sua maioria de escolas católicas.

Escolhidos em rigoroso processo seletivo, eles tinham vida e comportamentos controlados em regime espartano. Moravam coletivamente em casas da organização, não viam TV, livros e jornais a que tinham acesso eram previamente selecionados, deitavam-se sempre às 10 da noite, com pijamas abotoados até o pescoço, andavam sempre trajando ternos e trazendo cabelos curtos, além de freqüentar aulas de artes marciais, reveladoras da compreensão que tinham acerca da luta contra-revolucionária a ser empreendida contra os comunistas.

A entidade, que manteve atuação até o início da década de 80, chegou a reunir 1.500 militantes, divididos em 38 cidades espalhadas por 15 estados brasileiros<sup>7</sup>. Alcançou notoriedade pelo impacto de suas atividades públicas. Além de coletar abaixo-assinados, incursionavam com equipes volantes pelo interior do País fazendo propaganda anticomunista, vendendo publicações, realizando desfiles públicos que muitas vezes acabavam em violentos conflitos com grupos de esquerda.

Os grupos caracterizados acima, formados tanto por homens como por mulheres, no entanto, podem ser pensados como implementação de mobilizações extremas articuladas por setores apoiadores do Golpe. É certo que alguns deles continuaram atuando após o estabelecimento da ditadura militar, apoiando-a, baseados num forte ideário anticomunista.

Mas num regime caracterizado como de guerra total, a existência desses grupos não bastaria para exercer um trabalho de contra-ofensiva que envolvesse a população em geral. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sobre a qual se construíram as

---

1985, p.37-39.

<sup>7</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002, p.152.

linhas de ação ditatoriais defendia que os antagonismos e pressões externas ou internas provocados pelo “inimigo” poderiam assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militares) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania)<sup>8</sup>.

Nesse sentido, a degradação moral era vista pela Doutrina como uma das armas usadas pelos comunistas para desagregar a sociedade tornando-a campo fértil para a disseminação de suas idéias. Não só o ideário golpista, mas os governos militares alimentavam-se nesse aspecto de elementos do imaginário anticomunista brasileiro disseminado a partir da segunda década do século XX<sup>9</sup> que via nas idéias comunistas, entre outras coisas, um risco para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar. Documentos produzidos por serviços de informações da ditadura, analisados por Fico<sup>10</sup>, atribuíam ao suposto Movimento Comunista Internacional (MCI) tentativas de propagar-se através do incentivo ao uso de drogas e da valorização da idéia do “amor livre”.

Para combater essas pressões seria necessário lançar mão, de acordo com a DSN, de gestões junto às instituições da sociedade civil como a família, escolas e universidades, meios de comunicação de massa, sindicatos, Igreja, empresas privadas, etc.

É importante salientar que o contexto histórico em que se defendem essas intervenções é de transformação das relações e identidades de gênero tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas. O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado nos anos 1960 e 1970 trouxe conseqüências diretas para a família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência. A entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a

---

<sup>8</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 40-45.

<sup>9</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

<sup>10</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p. 180.

disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, desestabilizaram as idéias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento.

Consideradas subversivas, inadequadas pelo regime ditatorial e por parcelas da população, como fica explicitado nas mobilizações pró-Golpe ou mesmo nas manifestações de apoio à censura governamental, as mudanças comportamentais e identitárias deveriam ser enfrentadas através de uma “estratégia psicossocial” ainda pouco analisada historicamente. É possível identificar alguns elementos esparsos da ação ditatorial no que diz respeito ao combate do que seriam essas ameaças representadas por “maus comportamentos” de homens e mulheres em suas condutas morais e sexuais<sup>11</sup>.

Alguns trabalhos sobre a propaganda política ditatorial revelam a busca da preservação da moral e dos bons costumes para a transformação do País, segundo os militares, em situação de decadência. A “união”, “solidariedade” e “amor”, pregados por peças publicitárias ditatoriais, vinham da convivência pacífica e feliz do núcleo familiar em que pais, mães e filhos estavam convencidos da necessidade de colaborar com as mudanças, unidos em torno dos “ideais certos”<sup>12</sup>.

À família cabia valorizar e compreender a dinâmica de gerações que preservam esses valores, como esfera privilegiada da educação cívica, estímulo à “obediência” e ao “respeito”, à “verdade”, à “lealdade”, à “honestidade” e ao “sentimento de dever”.

---

<sup>11</sup> Foucault chama a atenção para a necessidade de atentarmos para a multiplicação de discursos sobre o sexo no próprio campo de exercício de poder e os sentidos da incitação institucional a falar do sexo cada vez mais. Muito mais que as interdições e censuras é necessário, segundo ele, investigar o dispositivo de produção de sexualidade, como verdade do sexo e de seus prazeres. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p.22.

<sup>12</sup> FICO, Carlos. Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993.

Homens e mulheres, na condição de pais e mães deviam agir como educadores dos lares, na busca pelo fortalecimento do caráter nacional<sup>13</sup>.

Esse pensamento seria reforçado pelo ensino obrigatório em escolas, a partir de 1969, da disciplina de Educação Moral e Cívica que conclamava o cidadão, como parte de um organismo maior, a realizar sua parte para o melhor funcionamento e crescimento deste. O modelo de socialização da disciplina era educar crianças e jovens nos valores e universo moral conformando comportamentos do homem, da mulher e vínculo familiar<sup>14</sup>. Em livros didáticos, os alunos aprendiam que deviam tornar o País grande nação, fazendo-se seres “produtivos”, “úteis” e “ágeis” e que a instabilidade da família moderna, a ser combatida, tinha entre suas causas as condições da vida urbana que não permitiam mais famílias numerosas, a emancipação da mulher e a necessidade desta trabalhar fora de casa.

O trabalho dos órgãos de informação criados pelo regime ditatorial também é pautado pela observância e caracterização do comportamento moral e sexual daqueles que são alvos de dossiês e investigações. Constantemente informações obtidas ou mesmo forjadas eram utilizadas como forma de combater oponentes. Era comum que se tentasse desqualificar pessoas sob acusação de “desvio moral” – padres e bispos progressistas eram acusados de romper o celibato, políticos de oposição de serem homossexuais, professoras de esquerda de terem amantes, jovens estudantes de realizarem congressos estudantis que encobriam a prática do amor livre ou de uso de drogas<sup>15</sup>. Cartelas de anticoncepcionais foram usadas como provas de acusação contra moças presas no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), em 1968. Construía-se, também assim, modelos de comportamento a partir do que se condenava ou estigmatizava.

---

<sup>13</sup> Ibidem, p.131-133.

<sup>14</sup> Cf. FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação, Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Colúbe – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v.1, 2006, p. 3375-3385.

<sup>15</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p. 180.

Sob a alegação de defender a moral e os bons costumes a censura de seguidos governos militares perseguiu, cassou, proibiu, editou ou tirou de circulação peças de teatro, filmes, novelas, programas de TV, shows de humor, músicas, livros e revistas jornalísticas.

Esse tipo de ação voltado para a construção de modelos de feminilidade e masculinidade não se restringiu ao Brasil. Capdevila identifica em vários países do Cone Sul, submetidos a ditaduras nos anos de 1960 e 1970 a defesa pelos regimes militares do ideal da mulher como dona de casa e de valores familiares que deveriam ser adotados por toda a sociedade, o que implicava, entre outras coisas, na perseguição de homossexuais homens e mulheres. Muitos deles integram a lista de “desaparecidos”. Na Argentina, alguns torturadores consideravam “recuperáveis” presas que se reaproximassem de sua feminilidade, exigindo antes da liberação que depilassem as pernas. Histórias de maior indignação por parte de policiais ao prenderem guerrilheiras e intensificação de torturas em revolucionárias, incluindo violência sexual são abundantes em depoimentos de mulheres torturadas no Brasil.

Prescrições para atuação na família, disciplina cívica, reforço de valores morais, reprovações de comportamentos sexuais considerados inadequados, observação sobre o “decoro” no que era exposto, mostrado, cantado, escrito. Essas são algumas formas de mobilizar homens e mulheres presentes em discursos e ações do aparato ditatorial.

Mas, como, afinal essas ações aparentemente fragmentadas, constantemente citadas em trabalhos sobre a ditadura brasileira, ligados ou não ao campo da história, como exemplos de autoritarismo, política de terror e mesmo do anacronismo da ditadura militar brasileira, articulam-se dentro de um processo de mobilização de identidades femininas e masculinas a serviço do projeto de poder pensado para a ditadura militar? Por que a sexualidade de homens e mulheres passa a ser um elemento de preocupação para a estabilidade do regime que se pretendia implantar e/ou consolidar naquele momento? Dentro das estratégias de combate ao inimigo na guerra interna e externa travada contra o comunismo, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, qual o lugar dessas mobilizações? Como a instituição ou reforço dessas identidades poderia contribuir com o projeto de nação que se pretendia construir? E, por fim, havia divergências sobre as formas de mobilização ou construção de modelos identitários de

gênero “adequados” entre as forças que sustentavam a ditadura brasileira? Essas são algumas das questões que ajudam a delinear a proposta de pesquisa desenvolvida desde o início de 2011 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (GEPEHG), da Universidade Federal do Ceará (UFC), com apoio do CNPq e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

Nossa preocupação em trabalhar a temática partiu da constatação de que a historiografia brasileira vem se debruçando cada vez mais sobre temas e aspectos da ditadura militar vivenciada entre os anos de 1964 e 1985. Mecanismos de controle político, estudos sobre organização econômica do regime, infrações aos direitos humanos, práticas de tortura e eliminação de opositores, ideário das esquerdas revolucionárias e da luta armada, espionagem e polícia política, cultura e repressão política, sindicalismo e questão agrária e, com mais intensidade, nos últimos anos o processo de abertura política e anistia pós-1979. As pesquisas vêm contribuindo sobremaneira para o entendimento de nosso processo político específico e suas relações com a memória produzida sobre o período nos dias de hoje.

Os trabalhos que procuram compreender as relações entre gênero e ditadura militar são em número reduzido, mas começam a construir um espaço fértil para o estudo do período de exceção. Estes examinam formas específicas de repressão a homens e mulheres pela polícia política da ditadura, analisam as relações de gênero na luta armada e em grupos de esquerda que combateram o regime, discutem a memória sobre o período e suas marcas de gênero, além de estudar, de forma comparada, os movimentos de resistência à ditadura em países do Cone Sul e as articulações destes com movimentos reivindicatórios de caráter feminista, vislumbrando seus impactos para a construção da cidadania das mulheres<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Cf. WOLFF, Cristina Scheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007; PEDRO, Joana Maria. Os sentimentos do feminismo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs). História e sensibilidade. Brasília: Editora Paralelo 15, 2006.\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, v.26, n.52, São Paulo, dez.2006.\_\_\_\_\_.Uma nova imagem de si: identidades em construção. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). Imagens da história. São Paulo: Hucitec, 2008; COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997; XAVIER, Elisabeth F. Mulheres, militância e memória. Histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Eu mesma, em minha tese de doutorado<sup>17</sup>, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, discuti a ação política e a memória construída em torno do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), uma entidade criada em 1975, caracterizada pela mobilização específica de mulheres em movimento de resistência contra a ditadura brasileira e que utilizou identidades tradicionais de gênero como instrumento de atuação diante dos governos militares, como forma de ampliar adesões e apoios diversos na luta pela anistia e ainda como maneira de proteger-se diante da repressão.

Mas percebe-se que esses trabalhos têm em comum o fato de se debruçarem sobre discussões relacionadas à história e gênero, dirigindo-se, prioritariamente, aos movimentos de resistência ou combate à ditadura. Mas há uma lacuna clara no que diz respeito à análise sistematizada de discursos e ações ditatoriais marcadas por esse viés. Faz-se necessário compreender as maneiras pelas quais as relações de gênero, como forma primeira de significar relações de poder<sup>18</sup>, são pensadas dentro do projeto desenvolvido e executado para o País pela ditadura de que forma esse pensamento orientou ações políticas, sejam elas através da educação, da propaganda, da repressão. É importante, ainda, entender de que forma esses discursos e ações se configuraram num contexto marcado pela emergência de novos grupos e interesses sociais, pelo conflito, perseguição e terror, mas também por demonstrações de apoio e cumplicidade.

### **Fontes e Metodologia**

Compreender o pensado ou prescrito para homens e mulheres dentro do projeto de poder ditatorial brasileiro implica necessariamente em recuperar e contextualizar discussões sobre o assunto, direta ou indiretamente realizadas pelo regime militar e grupos apoiadores, além do exame de ações de implementação de suas diretrizes em políticas de divulgação, mobilização e logicamente de repressão.

---

<sup>17</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Florianópolis, 2009. 209 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>18</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).

A paulatina abertura dos chamados “arquivos da ditadura” em diversas esferas governamentais brasileiras, apesar das inúmeras restrições ainda existentes, além da constituição de arquivos específicos por universidades e centros de pesquisa vem abrindo um leque de possibilidades para pesquisadores.

Neste contexto, alguns documentos e acervos se colocam como especialmente importantes para a análise. É o caso de manuais em que se detalha a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que embasa diversas ações do regime militar em várias áreas incluindo a chamada Psicossocial, onde comportamento e costumes identificados como antagonistas são definidos e condenados. Entre eles podemos identificar o *Manual Básico da Escola Superior de Guerra* e os livros *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica*, de Golbery do Couto e Silva e *Moral e Civismo*, de autoria do general Moacir Araújo Lopes, principal idealizador da disciplina de Educação Moral e Cívica instituída em 1969 e presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), órgão normativo ligado ao Ministério da Educação, criado em 1969.

A consulta ao acervo de documentos do CNMC é imprescindível para essa pesquisa, pois eram atribuições desse órgão não somente a definição curricular e aprovação de livros didáticos para a disciplina de Educação, Moral e Cívica, o que já seria de suma relevância para os objetivos do trabalho, mas cabia à Comissão um trabalho mais amplo de articulação com autoridades civis e militares de todos os níveis de governo para implementação e manutenção da doutrina de Educação, Moral e Cívica; colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação, Moral e Cívica; influenciar e convocar à cooperação para servir aos objetivos da Educação, Moral e Cívica, as instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, incluindo jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e TV, entidades esportivas e de recreação, entidades de classe e órgãos profissionais e empresas gráficas e de publicidade.

A Comissão, composta de nove membros nomeados pelo Governo, era formada por militares, padres e educadores e de acordo com as atribuições presentes em seu decreto de criação teria amplo poder de decisão nas questões ligadas à Educação Moral

e Cívica dentro e fora da escola. O acervo documental formado por ofícios, documentos oficiais, correspondências, livros didáticos, livretos, panfletos encontra-se no MEC, em Brasília.

Outro acervo que fornecerá documentos importantes para elucidar algumas das questões trazidas por esse projeto é o do Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Arquivo Nacional, em Brasília. Ofícios de comunicação e correspondências oficiais entre setores do Governo, entidades e pessoas comuns à Divisão de Censura podem ajudar a entender as razões e formas dos vetos a obras artísticas ou de comunicação e em meio às restrições e proibições delinear modelos de comportamento adequados a homens e mulheres desejados para o regime, incluindo aqueles ligados ao campo da sexualidade.

No Rio de Janeiro, há acervo com documentação semelhante, o do Serviço de Censura de Diversões Públicas no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, que também abriga o fundo documental *Informante do Regime Militar*, composto por textos, apostilas e questionários relativos a treinamento de como se infiltrar em reuniões clandestinas; relação de pessoas que faziam parte do Partido Comunista Brasileiro; relatórios do Centro de Informações da Marinha.

No Ceará três acervos colocam-se como importantes para a pesquisa, uma vez que há níveis diferenciados de organização e política de acesso a documentos ainda considerados “sigilosos”. O primeiro deles é o acervo da Associação 64-68, que reúne os anistiados políticos do Estado e tem por objetivos a preservação de memória e a assistência jurídica aos associados. Fundada em 1999, a Associação passou a reunir documentação advinda de acervos pessoais de anistiados (jornais, cartas, fotos, livros) e também cópias de processos em diversos âmbitos (estadual e federal) adquiridos pelos interessados em encaminhar pedidos de indenização ou reparação aos governos Estadual e Federal. O acervo ainda se encontra bastante desorganizado, mas há um esforço sendo realizado pela atual diretoria em parceria com pesquisadores de várias universidades do Estado para catalogá-lo.

O segundo acervo é o da Comissão de Anistia Wanda Sidou, entidade ligada ao Governo do Estado, responsável por julgar os pedidos de indenização feitos por

possíveis prejudicados pelas ações ditatoriais através de órgãos estaduais (prisões, escolas, órgãos de administração pública, etc). Para requerer as indenizações é necessário que se apresente um memorial que fundamente o pedido e que traga, sempre que possível, provas documentais das narrativas realizadas. Esse material, rapidamente analisado em outra ocasião de pesquisa, possui potencialidades para se pensar as questões a que nos propomos nesse projeto, uma vez que reúne narrativas mais detalhadas sobre perseguições e acusações muitas vezes reforçadas pelas representações em torno de comportamentos femininos e masculinos. Os homens são a maior parte dos requerentes, mas há documentos e narrativas importantes entre os requerentes dos dois sexos.

O Fundo DOP's do Arquivo Público do Estado do Ceará ainda não está aberto à pesquisa, mas há fortes indícios de que poderá ter seu acesso regulamentado em breve. Estima-se que, embora não muito amplo, em sua composição estão relatórios de vigilância sobre militantes de esquerda que atuavam no Estado.

### **Propaganda política**

Peças de propaganda política como aquelas produzidas pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e Assessoria de Relações Públicas (ARP), (1968-1978), principalmente os voltados para as relações familiares, o amor e o patriotismo serão analisadas a fim de compreender como as idéias dos governos sobre essa questão eram construídas. Com o mesmo objetivo, devem-se examinar jornais de grande circulação e mesmo locais que abordem assuntos relacionados ao comportamento, ao civismo, à família, à censura, para averiguar as formas pelas quais esses discursos oficiais são apropriados por esses meios de comunicação.

O exame desse diferentes suportes para o discurso não parte do pressuposto de que eles necessariamente se articulem em uma cadeia lógica e bem controlada por um núcleo central e pensante do regime militar. Compreende-se, a partir de Foucault<sup>19</sup>, o caráter descontínuo dos discursos. O que se pretende é a partir de suas aparições, de suas regularidades, examinar as condições externas que possibilitaram que ele existisse e que fixaram as suas fronteiras.

---

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.52-53.

Assim é possível pensar que não exatamente todos os setores apoiadores do regime militar tivessem o mesmo pensamento sobre as formas de mobilizar homens e mulheres e mesmo que ações produzidas por agentes do regime tenham se desviado do preconizado, incorporando novas visões sobre a configuração social.

Cerca de 300 filmes produzidos pela Aerp e pela ARP encontram-se sob a guarda do Centro de Produção Cultural e Educação do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p.104.

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997;

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Florianópolis, 2009. 209 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p. 180.

\_\_\_\_\_. Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação, Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Coluhbe– Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v.1, 2006

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO,

Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Os sentimentos do feminismo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs). História e sensibilidade. Brasília: Editora Paralelo 15, 2006.

\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, v.26, n.52, São Paulo, dez.2006.

\_\_\_\_\_. Uma nova imagem de si: identidades em construção. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela e PESAVENTO, Sandra Jatthy (orgs). Imagens da história. São Paulo: Hucitec, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu de (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

WOLFF, Cristina Sheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

XAVIER, Elisabeth F. Mulheres, militância e memória. Histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.